

AUTORIA, RESPONSABILIDADE E INTEGRIDADE CIENTÍFICA NA ERA DA IA GENERATIVA: IMPLICAÇÕES ÉTICAS PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA CONTEMPORÂNEA

AUTHORSHIP, RESPONSIBILITY, AND SCIENTIFIC INTEGRITY IN THE AGE OF GENERATIVE AI: ETHICAL IMPLICATIONS FOR CONTEMPORARY ACADEMIC PRODUCTION

Donizete Luiz RIBEIRO, Doutor em Teologia com concentração em estudos judaicos pelo ICP (Instituto Católico de Paris), possui mestrado em Teologia pela mesma Universidade. Atualmente, é professor agregado da PUCRIO e Diretor Acadêmico do CCDEJ – Centro Cristão de Estudos Judaicos de São Paulo. Editor da Revista Cadernos de Sion e membro do Conselho Editorial da Coleção de livros Judaísmo e Cristianismo. Líder do Grupo de Pesquisa: Ecos da Torah/Escritura nos Evangelhos e na literatura paulina.*

Izandro Pereira da SILVA, Pós-Graduado em Ciências Religiosas pela Faculdade São Bento em parceria com o Centro Cristão de Estudos Judaicos, MBA em Inteligência Artificial para Negócios (Exame/Saint Paul), bacharel em Filosofia (UNIFAI), bacharel em Ciências da Computação (USJT/FASP), pesquisador no campo de teologia cristã, filosofia e inteligência artificial.**

Resumo

O presente artigo investiga as implicações epistemológicas, éticas e teológico-antropológicas do uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) na produção de conteúdo científico. A partir de uma abordagem integrada que articula a hermenêutica filosófica de Gadamer, a noção foucaultiana de função-autor, a ética das virtudes de MacIntyre, a antropologia cristã tomista e os documentos recentes do Magistério católico, com destaque para a Nota *Antiqua et Nova* (2025), onde examina-se a seguinte questão central: é legítimo atribuir autoria a quem idealiza, estrutura e valida uma produção científica assistida por IA, sem ter percorrido individualmente todas as etapas tradicionais da pesquisa? O artigo problematiza a idealização do autor-pesquisador clássico, propõe uma tipologia da autoria contemporânea, estabelece condições de legitimidade para a autoria assistida por IA e sustenta que a redefinição da autoria no século XXI deve preservar a primazia do juízo crítico, da responsabilidade pessoal e do compromisso com a verdade, à luz tanto da epistemologia filosófica quanto da vocação antropológica cristã ao conhecimento.

Palavras-chave: Autoria científica. Inteligência Artificial Generativa. Epistemologia. Ética das virtudes. Antropologia teológica.

Abstract

This article investigates the epistemological, ethical and theological-anthropological implications of using Generative Artificial Intelligence tools in the production of scientific content. Drawing on an integrated approach that articulates Gadamer's philosophical hermeneutics, Foucault's notion of the author-function, MacIntyre's virtue ethics, Thomistic Christian anthropology, and recent documents from the Catholic Magisterium, especially the Note *Antiqua et Nova* (2025), it examines the following central question: is it legitimate to attribute authorship to someone who conceives, structures, and

* E-mail: ribeironds@gmail.com

** E-mail: izandro.pereira@gmail.com

validates AI-assisted scientific production without having individually traversed all traditional research stages? The article problematizes the idealization of the classic researcher-author, proposes a typology of contemporary authorship, establishes five conditions of legitimacy for AI-assisted authorship, and argues that the redefinition of authorship in the twenty-first century must preserve the primacy of critical judgment, personal responsibility, and commitment to truth.

Keywords: Scientific authorship. Generative Artificial Intelligence. Epistemology. Virtue ethics. Theological anthropology.

Introdução

A emergência das ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG), capazes de analisar livros e artigos complexos em segundos, gerar código funcional, produzir sínteses coerentes e até propor hipóteses de pesquisa, coloca a comunidade acadêmica diante de um desafio que não é meramente técnico ou procedimental, mas propriamente filosófico. A pergunta que se impõe não é apenas “como regular o uso da IA na ciência?”, mas, de modo mais radical: o que significa ser autor de uma produção científica quando parte substancial do trabalho intelectual, leitura, síntese, análise e redação, pode ser delegada a sistemas computacionais?

A urgência da questão é atestada por dados recentes. Segundo levantamento da Elsevier¹ com 3.234 pesquisadores ativos em 113 países, 58% dos pesquisadores declararam ter utilizado ferramentas de IA em seu trabalho em 2025, contra 37% em 2024, e 69% esperam que essas ferramentas lhes poupem tempo nos próximos dois ou três anos (Elsevier, 2025, p. 5). A adoção massiva da IAG na preparação de manuscritos não é mais uma hipótese futura, mas uma realidade consolidada que exige resposta teórica e normativa.

Este artigo busca trabalhar essas questões a partir de uma abordagem integrada que articula três campos do saber: a epistemologia e a hermenêutica filosófica, especialmente nas contribuições de Hans-Georg Gadamer e Michel Foucault; a ética das virtudes intelectuais, na tradição aristotélico-tomista relida por Alasdair MacIntyre; e a antropologia teológica cristã, com atenção especial ao conceito de *imago Dei* e aos documentos recentes do Magistério católico, com destaque para a Nota *Antiqua et Nova* (2025), publicada conjuntamente pelo Dicastério para a Doutrina da Fé e pelo Dicastério para a Cultura e a Educação.

O artigo se organiza em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira reconstrói a genealogia do conceito de autor; a segunda problematiza a idealização

¹ Elsevier é uma editora acadêmica e científica multinacional baseada nos Países Baixos, fundada em 1580. É uma das maiores editoras de periódicos científicos do mundo, responsável pela publicação de milhares de revistas científicas em diversas áreas do conhecimento.

do autor-pesquisador clássico; a terceira examina as implicações epistemológicas da IAG a partir da hermenêutica gadameriana; a quarta desenvolve uma análise ética na tradição das virtudes intelectuais; a quinta apresenta a contribuição da antropologia teológica cristã; e a sexta propõe uma tipologia da autoria na era da IAG e estabelece condições de legitimidade.

Genealogia da autoria: do *auctor* latino à função-autor foucaultiana

A compreensão contemporânea da autoria é herdeira de uma longa história conceitual. Conhecer essas transformações permite situar adequadamente o desafio imposto pela IAG: não como ruptura inédita, mas como radicalização de tensões já presentes na história da autoria. Recuperar, ainda que brevemente, os marcos fundamentais dessa genealogia é condição para evitar tanto o anacronismo de aplicar categorias modernas a contextos pré-modernos quanto a ingenuidade de tratar a autoria como um conceito estável e autoevidente.

Na tradição latina, o termo *auctor* deriva do verbo *augere*, que significa “fazer crescer”, “aumentar”, “desenvolver”. O *auctor* não era, primordialmente, aquele que criava *ex nihilo*². Na Roma Antiga, o “autor” não era necessariamente quem criava algo do zero, mas sim quem dava autoridade, validade ou continuidade a um ato, documento ou tradição, fazendo-o “crescer” ou prosperar um saber já existente, inserindo-se numa tradição e enriquecendo-a com comentários, glosas, compilações e sínteses. Na cultura medieval, essa compreensão atingiu seu ápice: os grandes mestres da Escolástica compreendiam sua atividade intelectual menos como criação original do que como serviço à verdade recebida na Revelação e na tradição filosófica. A Suma Teológica de Tomás de Aquino é uma obra monumental que se estrutura inteiramente como diálogo com autoridades: Aristóteles, Agostinho, Dionísio, os Padres da Igreja e que não pretende originalidade no sentido moderno, mas clareza, rigor e articulação sistemática da verdade herdada.

A transformação decisiva ocorre na modernidade, particularmente a partir do cogito cartesiano e do projeto iluminista. Com Descartes, o sujeito pensante torna-se o fundamento último da certeza. A autoridade da tradição é substituída pela evidência racional individual. Kant leva esse projeto adiante com o lema *sapere aude* “ouse saber”, que expressa a exigência de autonomia intelectual como condição de maioridade. O autor moderno é, por excelência, aquele que pensa por si mesmo, que produz conhecimento original a partir de sua capacidade racional individual. É nesse contexto que se consolidam as noções modernas de propriedade

² Expressão latina que significa “a partir do nada” ou “do nada”. Refere-se à criação absoluta, sem matéria ou fundamento prévio.

intelectual, originalidade autoral e gênio criativo, informam até hoje as regulamentações sobre autoria científica e propriedade intelectual. Temos duas visões em síntese:

- Visão Medieval / Latina (*Augere*): O autor é um garantidor, alguém que amplia e fortalece algo que já existe, como a tradição ou o Estado.
- Visão Moderna (séculos XVII-XIX): O autor é um criador original de algo inédito, onde a obra é vista como fruto de sua subjetividade, gênio individual ou de uma síntese particular de conhecimentos pesquisados.

No século XX, essa concepção moderna de autor como sujeito originário do pensamento foi profundamente problematizada por duas intervenções que se tornaram canônicas: o ensaio de Roland Barthes, *A morte do autor* (1967), e a conferência de Michel Foucault, *O que é um autor?* (1969). Barthes propôs que o sentido de um texto não reside na intenção do autor, mas na atividade do leitor: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (Barthes, 2004, p. 64).

O que Barthes (2004) está dizendo é fundamental para o nosso problema. A concepção moderna de autoria, diferentemente da tradição medieval, passou a considerar o autor como proprietário exclusivo da obra, como se tudo que fora escrito brotasse diretamente de sua voz, opinião e vida, ligado à sua história, seu pensamento e sentimentos. Barthes sustenta uma mudança radical: propõe a retirada desse poder exclusivo do autor. Para ele, a linguagem tem vida própria, o leitor é tão importante quanto o autor, ou até mais. Um texto comporta múltiplos significados, e a forma como se lê é tão significativa quanto a forma como se escreve. Como observa Barthes:

[...] um texto não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único [...], mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (Barthes, 2004, p. 4).

O autor é criador sim, mas cria um texto necessariamente aberto, cuja significação é completada pelo leitor.

Se o sentido não reside apenas na intenção do autor, mas é fundamentalmente produzido pelo leitor, isso revela que o autor nunca foi o único “proprietário” do texto e há uma razão mais profunda para isso: como Barthes observa em seu ensaio, todo texto é um “tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura”, nenhuma palavra é verdadeiramente original, nenhuma frase brota do nada. O escritor, quando escreve, “não pode deixar de imitar um gesto sempre anterior, nunca original” (Barthes, 2004, p. 4). Nesse sentido, a crítica à IAG como ameaça à autoria “genuína” pressupõe uma autoria genuína que, para Barthes, nunca

existiu. A IA não inaugura a citacionalidade³; ela apenas acelera, amplifica e torna explícito em escala inédita o caráter intrinsecamente intertextual de toda escrita. Nesse sentido, criticar a IAG em nome de uma autoria “genuína” e “original” é repousar em uma ilusão moderna que Barthes já havia desconstruído.

Foucault, por sua vez, recusou tanto a ingenuidade de identificar o autor com o indivíduo empírico quanto a radicalidade de simplesmente eliminá-lo. Em seu lugar, propôs o conceito de *função-autor*:

O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros [...]. Ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. [...] O nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso (Foucault, 2001, p. 273-274).

A função-autor, para Foucault, não é universal nem atemporal, mas historicamente constituída, variável segundo as épocas e os regimes de verdade. Como ele mostra ao analisar o nome do autor, não se trata de um rótulo meramente descritivo ou de uma propriedade natural do indivíduo, mas de uma função que “assegura uma classificação, permite reagrupar textos, delimitá-los, selecioná-los” (Foucault, 2001, p. 273), em suma, uma forma de exercer controle sobre o discurso. O autor, portanto, não é um dado natural, mas uma investidura discursiva e institucional.

Essa reconstrução genealógica, do *auctor* latino ao autor moderno, da sacralização medieval à morte barthesiana, da individualização romântica à função-autor foucaultiana, revela algo fundamental: a autoria nunca foi um conceito fixo ou natural, mas sempre uma construção histórica, variável conforme as épocas e os regimes de verdade. É precisamente esse reconhecimento que permite situar adequadamente o desafio da IAG.

Se a autoria nunca foi um conceito fixo, o surgimento de ferramentas de IAG capazes de ler, sintetizar e redigir textos científicos representa mais uma transformação na história da autoria. Porém, uma transformação de radicalidade sem precedentes. O desafio, contudo, é inédito em sua natureza: pela primeira vez, não se trata de redefinir a relação entre autores humanos e tradições textuais, mas de pensar a autoria em um contexto em que parte substancial do trabalho intelectual é realizada por entidades não-humanas, sem consciência, sem intencionalidade e sem responsabilidade moral.

³ Citacionalidade: propriedade constitutiva da linguagem segundo a qual todo enunciado é formado por elementos citacionais: palavras, expressões, estruturas, citações, referências e ecos de outros textos anteriores. Para Barthes, não existe escrita original, apenas recombinação de citações.

Crítica à idealização do autor-pesquisador clássico

Antes de examinar as implicações epistemológicas e éticas da IAG, é preciso desfazer uma idealização que, se não criticada, compromete toda a discussão subsequente: a idealização do autor-pesquisador clássico como figura moralmente íntegra, intelectualmente autônoma e hermeneuticamente competente por oposição a um suposto “novo autor” corrompido pela tecnologia. Essa narrativa, que atribui ao passado virtudes que o presente teria perdido, é historicamente imprecisa e conceitualmente enganosa.

A verdade incômoda é que muito antes do surgimento do ChatGPT, já eram documentadas na literatura acadêmica, práticas como a reprodução de citações sem consulta às fontes originais, a atribuição indevida de autoria (*guest authorship*⁴), a terceirização da redação de trabalhos científicos (*ghost-writing*⁵), o plágio ou a cópia de trechos às vezes incompreendidos pelo pesquisador, a reprodução mecânica de argumentos alheios⁶ ou a circulação acrítica de referências bibliográficas.

Tais práticas demonstram que os desafios relacionados à autoria, à responsabilidade intelectual e à apropriação do conhecimento antecedem em várias décadas o advento da IA generativa⁷, evidência de que não foram as ferramentas digitais que inauguraram esses problemas, mas apenas os tornaram mais visíveis e acessíveis.

A figura do aluno que copia trechos de uma enciclopédia sem compreender o que copia, do pesquisador que cita um clássico a partir de citações de segunda mão, do acadêmico que assume a autoria de textos preparados por assistentes ou orientandos, do professor que reproduz apostilas há décadas sem atualizar seu conteúdo, todas essas situações são anteriores às ferramentas de IAG do tipo GPT e constituem patologias persistentes da prática acadêmica.

Há, nesse sentido, uma continuidade estrutural entre um problema antigo e o problema novo. Barthes já havia mostrado que essa figura do autor como gênio criativo é uma construção moderna, ligada ao surgimento do capitalismo e do romantismo europeu. Antes disso, o “*auctor*” latino não era um criador original, mas aquele que “fazia crescer” um saber já existente. A modernidade criou a ilusão de um autor autossuficiente, algo que Barthes

⁴ O Conselho de Editores Científicos (CSE) define “*guest authorship*” como a inclusão de autores que não contribuíram efetivamente para o estudo.

⁵ *Ghost-writing* (redação fantasma) termo em inglês que se refere à prática de um profissional escrever um texto que será publicado sob o nome de outra pessoa, sem que o verdadeiro autor receba crédito público.

⁶ Análises estatísticas de erros tipográficos idênticos em citações estimam que entre 70% e 90% das citações científicas são copiadas de listas de referências alheias, sem consulta ao original (Simkin; Roychowdhury, 2003).

⁷ A terceirização parcial ou integral da redação científica está documentada em cerca de 21% dos artigos publicados nos maiores periódicos biomédicos do mundo (Wislar et al., 2011), e registros sobre comportamentos similares entre estudantes remontam a 1978 (Newton, 2018).

desconstruiu de forma decisiva. Para ele, a linguagem é sempre compartilhada, sempre citacional e coletiva, não original. O pesquisador contemporâneo que usa IAG não está, portanto, cometendo uma heresia inédita, ele está tornando visível um traço estrutural da escrita que a idealização modernista havia ocultado.

Pesquisas empíricas recentes corroboram essa análise e revelam suas implicações contemporâneas. Jose et al. (2025) demonstram que a preferência crescente por *output*⁸s gerados por IA, documentada tanto em contextos educacionais quanto em práticas de pesquisa, não se deve apenas à velocidade, mas à percepção de que a IA é “objetiva” enquanto avaliadores humanos (professores, orientadores, revisores) são “enviesados”. Como observam os autores: “estudantes cada vez mais recorrem ao ChatGPT para apoiar ou contradizer o feedback de professores, indicando que a IA está sendo usada como contraponto epistemológico ao ensino humano” (Jose et al., 2025, p. 2).

Esse fenômeno é particularmente preocupante em contextos em que docentes, especialmente mulheres e grupos minorizados, já enfrentam desafios estruturais de credibilidade. A IA não apenas amplifica um problema antigo, ela oferece uma “solução técnica” que, ao ser adotada acriticamente, agrava a patologia que pretende resolver: a delegação da autoridade epistêmica a instâncias externas sem exercício do juízo crítico.

Em ambos os casos: o do pesquisador clássico que copia sem compreender e o do usuário de IAG que delega sem criticar, o que está em jogo é a dissociação entre a assinatura autoral e a compreensão genuína do conteúdo assinado. Essa dissociação pode ocorrer por diversos meios: cópia literal de outras obras, paráfrase superficial, terceirização humana da redação (*ghost-writing*), ou, na era contemporânea, na delegação a sistemas algorítmicos. A especificidade da IAG não está em introduzir o problema, mas em torná-lo tecnicamente mais fácil, quantitativamente mais extenso e qualitativamente mais sofisticado do que a produção tradicional humana.

Esse fenômeno de dissociação não é uma anomalia individual, mas um traço estrutural da produção científica contemporânea. Como os dados da Elsevier (2025) evidenciam, a pressão por produtividade científica leva pesquisadores a adotarem ferramentas que acelerem a entrega de resultados, frequentemente sem tempo adequado para reflexão crítica. A produção acadêmica está atravessada por lógicas de competição institucional e pressão produtivista que frequentemente se divorciam do ideal de busca desinteressada da verdade.

⁸ *Output* termo técnico em inglês para designar a saída de dados ou resultado produzido por um sistema, em contraposição ao input (entrada de dados), incluindo sistemas de inteligência artificial.

A divisão do trabalho epistêmico nas sociedades modernas aprofundou-se a tal ponto que nenhum pesquisador pode dominar pessoalmente sequer os fundamentos de seu próprio campo, implicando que todo autor contemporâneo já opera, há décadas, com grau significativo de dependência de mediações que ele próprio não pode verificar integralmente. O professor universitário cita rotineiramente artigos cujos dados primários ele não examinou. O historiador recorre a fontes em línguas que não domina, confiando em traduções automáticas feitas por ferramentas computacionais. O cientista natural utiliza bases de dados cuja construção metodológica ele conhece apenas superficialmente. A autoria sempre foi, em alguma medida, uma operação de confiança em mediações externas ao sujeito autoral.

Reconhecer que a autoria nunca foi pura nem autossuficiente não significa a absolvição da IAG de seus problemas específicos, nem minimiza as exigências éticas decorrentes da sua utilização. Ele nos permite situar adequadamente a discussão: o critério de validação da autoria não pode ser a pureza de um processo somente individual e autossuficiente, porque tal pureza nunca existiu e o critério deve ser outro.

É importante notar que a idealização do autor-pesquisador clássico frequentemente cumpre uma função ideológica, operando como dispositivo de exclusão, desqualificando como “menos autorais” as produções de pesquisadores que, por razões estruturais, dependem mais de mediações: pesquisadores de países periféricos com acesso limitado a bibliotecas, pesquisadores não-nativos em língua inglesa, pesquisadores de instituições com menor capital material ou até mesmo em processo formativo ou em estágios iniciais da trajetória acadêmica. Essa operação ideológica exige vigilância crítica constante.

Mas se a idealização do passado exclui, a mitificação do presente também pode excluir, por isso, essa mesma vigilância crítica, deve ser aplicada em sentido inverso: o domínio técnico da IAG não pode ser convertido em novo capital simbólico que hierarquize pesquisadores, atribuindo “superpoderes” ou autoridade epistêmica suplementar àqueles que operam essas ferramentas com maior desenvoltura. Seria uma ironia cruel se a crítica à idealização do autor clássico, feita precisamente em nome da justiça epistêmica, resultasse na emergência de uma nova aristocracia intelectual, agora definida pelo acesso precoce às ferramentas, pela fluência em *prompt engineering*⁹ ou pela posse de assinaturas pagas em

⁹ *prompt engineering* (engenharia de prompts), é um termo técnico em inglês para referenciar a disciplina emergente que estuda e desenvolve métodos sistemáticos para a formulação de instruções (prompts) direcionadas a modelos de linguagem de grande escala (LLMs) de inteligência artificial, com o objetivo de maximizar a qualidade e relevância dos *outputs* gerados.

modelos de ponta. Essa seria apenas a substituição de um dispositivo de exclusão por outro, igualmente injusto.

Essa dupla vigilância: contra a idealização do passado e contra a mitificação do presente, tem respaldo na literatura sobre injustiça epistêmica. Como analisa Miranda Fricker (2024), critérios de legitimidade intelectual podem ser distorcidos por preconceitos e desequilíbrios de poder, desqualificando tanto pesquisadores que dependem de mediações, os “menos autorais” do passado analógico, quanto a forma de uma valorização acrítica daqueles que dominam as ferramentas mais recentes. Em ambos os casos, o critério de legitimidade autoral desloca-se indevidamente das virtudes intelectuais substantivas para marcadores sociais ou técnicos contingentes.

A crítica à idealização do autor clássico, portanto, não é uma concessão relativista ao vale-tudo. É, ao contrário, a condição de possibilidade de uma crítica rigorosa ao uso inadequado da IAG. Uma crítica que não se apoie num passado idealizado nem num presente mitificado, mas em critérios substantivos de integridade intelectual aplicáveis igualmente ao autor analógico e ao autor digital, ao pesquisador experiente e ao pesquisador em formação, ao que usa IAG intensamente e ao que a utiliza com parcimônia. São esses critérios substantivos: epistemológicos, éticos e antropológicos, que as seções seguintes procurarão estabelecer.

A questão epistemológica: conhecimento, travessia hermenêutica e a IA como atalho cognitivo

A tradição hermenêutica, de Schleiermacher¹⁰ a Gadamer, insistiu em que a compreensão não é uma operação mecânica de decodificação, mas um acontecimento existencial que envolve o intérprete como totalidade. Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e Método* (1997), desenvolveu essa intuição em torno de três conceitos fundamentais diretamente pertinentes ao problema da autoria assistida por IA.

O círculo hermenêutico¹¹ (Gadamer, 1997, p. 400), assumido da analítica existencial heideggeriana e reelaborado por Gadamer como estrutura ontológica do compreender,

¹⁰ A referência a Schleiermacher neste artigo restringe-se à sua contribuição seminal para a hermenêutica como disciplina filosófica, e não implica endosso à sua teologia liberal-romântica, cuja redução da fé ao “sentimento de dependência absoluta” e cujo tratamento historicista das Escrituras foram objeto de crítica fundamentada tanto pela tradição teológica católica quanto pela teologia neo-ortodoxa protestante do século XX.

¹¹ O círculo hermenêutico, formulado originariamente por Schleiermacher no século XIX como princípio metodológico da interpretação e radicalizado ontologicamente por Heidegger como pré-estrutura existencial da compreensão, descreve em Gadamer o movimento pelo qual a compreensão avança da parte ao todo e retorna do todo à parte, revisando continuamente as pré-compreensões iniciais à medida que o texto se manifesta.

descreve o movimento pelo qual a compreensão avança da parte ao todo e retorna do todo à parte, revisando continuamente as pré-compreensões iniciais à medida que o texto se manifesta.

A história efetual (*Wirkungsgeschichte*¹²) (Gadamer, 1997, p. 449) designa o fato ontológico de que todo texto chega ao intérprete já mediado pela história de suas recepções, leituras e efeitos: não há acesso direto a um texto “em si”, purificado da tradição que o transmitiu.

A fusão de horizontes (*Horizontverschmelzung*¹³) (Gadamer, 1997, p. 457) nomeia o acontecimento da compreensão propriamente dita: o encontro produtivo entre o horizonte histórico do texto e o horizonte existencial do intérprete, do qual emerge um sentido que não pertence isoladamente a nenhum dos dois.

Para Gadamer, toda compreensão é mediada pela tradição e pela situação histórica do intérprete. Não existe um “ponto zero” a partir do qual se possa acessar o sentido de um texto de forma neutra e objetiva. O intérprete chega ao texto carregado de pré-juízos (*Vorurteile*¹⁴), não no sentido pejorativo de preconceitos, mas no sentido de condições prévias de compreensão que tornam possível o seu encontro com o texto. A compreensão genuína ocorre quando o horizonte do intérprete, ou seja, o conjunto de suas expectativas, referências e questões, encontra o horizonte do texto, e ambos se transformam mutuamente: o intérprete sai do encontro com seu horizonte ampliado, e o texto adquire significação que não tinha antes do encontro. Como o próprio Gadamer fórmula:

Na verdade, o horizonte do presente está num processo de constante formação, na medida em que estamos obrigados a pôr à prova constantemente todos os nossos preconceitos. Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nós mesmos procedemos. O horizonte do presente não se forma pois à margem do passado. Nem mesmo existe um horizonte do presente por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem ganhos. Antes, compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos. (Gadamer, 1997, p. 457).

¹² O termo alemão *Wirkungsgeschichte* (história efetual ou história dos efeitos) designa o modo como todo texto chega ao intérprete já carregado pela tradição de suas recepções e interpretações anteriores, não existe acesso direto a um texto “em si”, purificado de sua história de leituras.

¹³ O termo alemão *Horizontverschmelzung* (fusão de horizontes) nomeia o acontecimento da compreensão: o encontro produtivo entre o horizonte histórico do texto e o horizonte existencial do intérprete, do qual emerge um sentido que não pertence a nenhum dos dois isoladamente.

¹⁴ O termo alemão *Vorurteil* é tradicionalmente traduzido por “preconceito”, com conotação pejorativa herdada do Iluminismo. Gadamer recupera seu sentido etimológico literal (*Vor-urteil*), “juízo prévio”, propondo sua reabilitação filosófica: toda compreensão é antecipadora e só se torna possível a partir de juízos prévios fornecidos pela tradição, pela língua e pela história em que o intérprete está inserido. A tarefa hermenêutica não é eliminar os pré-juízos, mas distinguir os que abrem a compreensão dos que a distorcem. Adota-se neste artigo a tradução “pré-juízos” justamente para preservar essa distinção conceitual.

Essa fusão não é uma assimilação do texto pelo intérprete, nem uma submissão do intérprete ao texto, mas uma síntese dialógica que produz algo novo. Uma compreensão que não pertence nem a um nem a outro isoladamente, mas ao encontro entre ambos. É precisamente por isso que Gadamer afirma: “Entender é, essencialmente, um processo de história efetual” (Gadamer, 1997, p. 448) e observa:

[...] a consciência histórica tem de se conscientizar de que, na suposta imediatez com que se orienta para a obra ou para a tradição, está sempre em jogo esse outro questionamento, ainda que de uma maneira despercebida e, por consequência, incontrolada (Gadamer, 1997, p. 449).

Ora, o que acontece quando a IAG realiza a leitura, a síntese e a análise de textos no lugar do pesquisador humano? A resposta, à luz da hermenêutica gadameriana, é significativa: o que se perde não é apenas eficiência ou rigor, que a IA pode até incrementar, mas a própria experiência hermenêutica da compreensão. A IA processa textos sem horizonte, sem pré-juízos existenciais, sem história efetual. Ela opera por reconhecimento de padrões estatísticos em grandes conjuntos de dados textuais, produzindo sínteses que são formalmente coerentes, mas hermenêuticamente vazias no sentido de que não resultam de um encontro existencial entre um sujeito e um texto.

Essa insuficiência hermenêutica da IA tem consequências práticas documentadas em pesquisas recentes. Jose et al. (2025) demonstram que estudantes passam a tratar sistemas de IA generativa como “conhecedores substitutos” (*surrogate knowers*), conferindo-lhes autoridade epistêmica sem submeter seus *outputs* ao exame crítico que aplicariam a fontes humanas. Esse fenômeno, denominado “viés de automação” (*automation bias*), leva usuários a confiar excessivamente em resultados algorítmicos mesmo quando reconhecem seus limites ou identificam erros (Jose et al., 2025, p. 2).

O que está em jogo não é apenas eficiência na triagem de informações, mas uma reconfiguração das práticas epistêmicas fundamentais. Em termos gadamerianos, o problema não é que a IA produza sínteses inadequadas, mas que ela dispense o acontecimento hermenêutico: a fusão de horizontes exige um sujeito que se transforme no encontro com o texto, porém a IA oferece sínteses prontas que eliminam essa transformação.

A questão da autoridade epistêmica não se limita à relação estudante-professor em contextos de graduação. Jose et al. (2025), embora focados em ambientes educacionais, identificam mecanismos epistêmicos que não são exclusivos de aprendizes em formação, mas estruturais a qualquer produção de conhecimento mediada por IA. A tendência a conferir autoridade automática a *outputs* algorítmicos, a erosão da agência crítica e a substituição de processos hermenêuticos por consumo de sínteses prontas atravessam igualmente trabalhos

de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e até mesmo a pesquisa científica consolidada — artigos, revisões sistemáticas e propostas de financiamento. O problema central permanece o mesmo em todos esses contextos: a relação entre sujeito e conhecimento mediada por tecnologias que mimetizam compreensão sem compreender.

Isso permite formular o que se propõe chamar de problema do conhecimento sem travessia: a IAG pode produzir resultados que mimetizam a compreensão, resumos coerentes, análises estruturadas, conexões intertextuais, mas sem que nenhum sujeito tenha efetivamente realizado o caminho hermenêutico que conduz à compreensão genuína. Essa insuficiência não é apenas técnica, mas propriamente epistemológica: trata-se de um limite constitutivo, não contingente.

É importante, contudo, retomar a crítica formulada na seção anterior: o problema do conhecimento sem travessia não é exclusivo da IAG. Ele atravessa também as práticas de cópia, paráfrase superficial e citação de segunda mão que sempre existiram na academia. A diferença é de escala e de sofisticação. A IAG permite produzir, em minutos, sínteses coerentes de dezenas de obras que seu “autor” nunca leu. Algo que, por métodos analógicos, exigiria tempo e esforço desproporcionais. A questão, portanto, não é se a IAG introduz um problema inédito, mas se ela amplifica exponencialmente um problema antigo a ponto de exigir uma resposta normativa urgente.

A distinção entre informação e conhecimento, tradicional na epistemologia, é crucial aqui. Ela pode ser iluminada pela diferenciação que o próprio Gadamer, na esteira de Aristóteles, estabelece entre *episteme* (conhecimento demonstrativo), *techne* (habilidade técnica) e *phronesis* (prudência ou sabedoria prática). O conhecimento científico genuíno (*episteme*) não consiste apenas em possuir proposições verdadeiras, mas em compreender por que elas são verdadeiras, em que contexto valem, quais são seus limites e como se articulam com o conjunto mais amplo do saber. A IAG pode fornecer proposições verdadeiras, ou pelo menos plausíveis, mas não pode fornecer a compreensão do porquê, do contexto e dos limites, porque essa compreensão é inseparável da experiência hermenêutica subjetiva do sujeito que percorreu o caminho.

Há, contudo, uma objeção importante a considerar. Poder-se-ia argumentar que a travessia hermenêutica completa, a leitura exaustiva de todas as fontes, a reflexão demorada sobre cada texto, já era, na prática, impossível muito antes da IAG. A explosão informacional da ciência contemporânea torna inviável que qualquer pesquisador individual leia, compreenda e articule pessoalmente toda a literatura relevante de seu campo. Nesse sentido, a IAG não eliminaria a travessia hermenêutica, mas a redistribuiria, permitindo que o

pesquisador concentre seus esforços hermenêuticos nas fontes mais relevantes, enquanto a IA realiza uma triagem preliminar do material disponível.

Essa objeção tem força, mas não elimina o problema, ela o reconfigura: a questão não é se o pesquisador deve ler tudo, algo que, num passado remoto, figuras como Aristóteles, Tomás de Aquino ou Leibniz podiam aspirar a fazer dentro dos limites do saber de sua época, mas que a explosão informacional a partir do século XIX tornou definitivamente inviável, mas se ele deve ter lido o suficiente para exercer juízo crítico sobre o que a IA lhe apresenta.

A diferença entre usar a IA como ferramenta auxiliar, que pré-seleciona e organiza material para um sujeito hermenêuticamente competente, e usá-la como substituta, que produz a “compreensão” no lugar do sujeito, é a diferença entre amplificar a autoria e dissolvê-la. O telescópio amplia a visão do astrônomo, ele não elimina a necessidade de que haja alguém que saiba olhar e que decifre aquilo que é visto.

A questão epistemológica fundamental, portanto, não é se a IAG pode ou não ser usada na pesquisa científica, mas se aquele que a utiliza possui competência hermenêutica suficiente para julgar criticamente o que ela produz. Essa competência, contudo, não é apenas técnica ou cognitiva, ela envolve dimensões propriamente éticas: responsabilidade, honestidade intelectual e compromisso com a verdade. São a essas dimensões que a próxima seção se dedica.

A questão ética: virtudes intelectuais, práticas e a integridade da ciência

Se a dimensão epistemológica do problema diz respeito ao que se conhece e como se conhece, a dimensão ética diz respeito ao que se deve e ao que se é enquanto agente moral e intelectual. A tradição aristotélico-tomista das virtudes intelectuais oferece um quadro conceitual particularmente fecundo para pensar essa dimensão.

Na Ética a Nicômaco (Livro VI), Aristóteles distingue cinco virtudes intelectuais: *techne* (arte), *episteme* (conhecimento científico), *phronesis* (sabedoria prática), *sophia* (sabedoria filosófica) e *nous* (razão intuitiva) (ARISTÓTELES, 1984, p. 125). Essas virtudes não são poses estáticas, mas *hexeis*¹⁵: hábitos ou disposições adquiridos pela prática reiterada. Ninguém se torna prudente lendo sobre prudência; torna-se prudente exercitando a prudência em situações concretas que exigem deliberação e discernimento. Do mesmo modo, ninguém se torna cientista simplesmente acumulando informações; torna-se cientista exercitando as

¹⁵ *Hexeis* (singular: *hexis*): termo grego que designa disposições ou hábitos adquiridos pela prática reiterada. Para Aristóteles, as virtudes não são capacidades inatas, mas *hexeis*: estados de caráter cultivados pelo exercício habitual de ações virtuosas.

operações intelectuais que constituem a prática científica: observação atenta, formulação de hipóteses, verificação crítica, argumentação rigorosa, humildade diante do erro.

Alasdair MacIntyre, em *Depois da Virtude* (2021), reelaborou a ética das virtudes aristotélicas introduzindo a noção de prática como unidade fundamental da vida moral. Uma prática, para MacIntyre é:

[...] qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, através da qual bens internos a essa forma de atividade são obtidos durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência que são próprios a tal forma de atividade, e em parte, a definem [...] (MacIntyre, 2021, p. 278).

A ciência é, nesse sentido, uma prática: seus bens internos incluem o conhecimento genuíno, a compreensão profunda, o rigor metodológico, a honestidade intelectual e a humildade epistêmica. Esses bens só podem ser alcançados pela participação efetiva na prática, pelo exercício prolongado das virtudes que lhe são próprias.

MacIntyre (2021, p. 279 e 289) distingue os bens internos de uma prática dos bens externos que podem resultar dela: prestígio, reconhecimento, publicações, financiamento. Os bens externos são legítimos, mas não constituem a razão de ser da prática. Quando os bens externos se tornam o fim principal, por exemplo, quando se publica para acumular currículo, não para contribuir genuinamente com o conhecimento, a prática se corrompe. MacIntyre (2021, p. 286-287) denomina esse fenômeno de corrupção das práticas por instituições, e adverte que ele é um risco permanente em qualquer sociedade onde as práticas são mediadas por instituições que operam segundo lógicas de poder e eficiência.

Essa análise tem consequências diretas para o nosso problema. A IAG pode funcionar como vetor de corrupção precisamente porque otimiza os bens externos da ciência: produtividade, volume de publicações, velocidade de entrega, ao custo potencial dos bens internos: compreensão genuína, rigor construído pela prática, humildade epistêmica forjada pelo confronto com a dificuldade dos textos e dos problemas. Mas é preciso reconhecer, em coerência com a crítica desenvolvida acima, que essa corrupção das práticas não começou com a IAG. Ela é um fenômeno estrutural da academia contemporânea, intensificado pelas lógicas do *publish or perish*¹⁶, dos rankings institucionais e dos sistemas de avaliação quantitativos. A IAG não cria o problema; ela oferece uma solução técnica para um problema

¹⁶ *Publish or Perish*, expressão em inglês que significa “publique ou pereça” é um aforismo acadêmico que descreve a pressão extrema sobre pesquisadores para publicar seus trabalhos continuamente, garantindo financiamento, promoções e reconhecimento profissional.

já existente, uma solução que, se adotada sem discernimento, agrava o problema ao invés de resolver a corrupção.

A pergunta ética decisiva, na perspectiva das virtudes, não é se a ferramenta é usada, mas como ela é usada e por quem. Um pesquisador virtuoso, isto é, um pesquisador que cultivou as virtudes intelectuais ao longo de anos de prática, pode usar a IAG como extensão legítima de suas capacidades, do mesmo modo que usa bibliotecas digitais, bases de dados e softwares de análise estatística. A ferramenta, nesse caso, está subordinada ao agente; é o pesquisador quem pergunta, quem julga, quem decide, quem assume a responsabilidade. Um pesquisador que não possui essas virtudes não pode usar a IAG como extensão de capacidades que não possui. Nesse caso, a ferramenta não amplifica o pesquisador, ela o substitui.

Miranda Fricker (2024) oferece um vocabulário conceitual particularmente fecundo para pensar as dimensões éticas da produção de conhecimento, distinguindo duas formas fundamentais de injustiça epistêmica: a injustiça testemunhal e a injustiça hermenêutica. A primeira ocorre quando um sujeito, devido a preconceitos de identidade social, como raça, gênero, origem geográfica ou classe, recebe menos credibilidade do que mereceria na avaliação de suas afirmações de conhecimento. Isto acaba por causar um dano no sujeito que, por ser quem é, não é ouvido como conhecedor legítimo. A segunda, por sua vez, é mais estrutural: ocorre quando determinados grupos sociais carecem dos recursos interpretativos coletivos necessários para tornar inteligíveis suas próprias experiências, quando, por assim dizer, lhes falta vocabulário público para aquilo que eles precisariam dizer.

Essas duas categorias iluminam, de modo preciso, os riscos éticos que a IAG introduz na produção científica. No plano testemunhal, a concentração do desenvolvimento dos grandes modelos de linguagem em poucas empresas do Norte global tende a reforçar hierarquias de credibilidade já existentes: os padrões linguísticos, estilísticos e argumentativos incorporados nos modelos refletem, majoritariamente, a produção acadêmica anglófona e ocidental, tornando mais críveis e aceitas, por serem mais bem formuladas pela IA, as contribuições que já se alinham a esses padrões.

No plano hermenêutico, o risco é ainda mais profundo: se a IAG passa a mediar amplamente a interpretação e a síntese da literatura científica global, ela pode operar como um filtro que apaga categorias, tradições e modos de pensar que não estão suficientemente representados em seus dados de treinamento, causando um empobrecimento da produção científica.

O problema da homogeneização epistemológica é mais profundo do que aparenta. Jose et al. (2025) identificam o que denominam “currículo oculto algorítmico” (*algorithmic hidden*

curriculum): as ferramentas de IA não apenas reproduzem vieses, mas ensinam implicitamente normas retóricas, priorizam certos tópicos e promovem *frameworks*¹⁷ morais específicos. Um estudante que recorre ao ChatGPT para redigir um ensaio sobre justiça climática, por exemplo, receberá “um enquadramento altamente estruturado e liberal-humanista ocidental da questão, centrado em reforma política e comportamento individual”, sem reconhecer essa perspectiva como parcial (Jose et al., 2025, p. 3). Como demonstram Lewis et al. (2024), citados por Jose et al., a maioria dos modelos de IA existentes reflete estruturas racionalistas que sistematicamente excluem sistemas de conhecimento não-ocidentais. A IA funciona, assim, como um “filtro epistêmico — valorizando certas formas de conhecimento enquanto silencia outras” (Jose et al., 2025, p. 3). O currículo oculto não é apenas questão de conteúdo, mas de postura cognitiva: a IA favorece fluência, assertividade e certeza sobre ambiguidade ou desconforto, modelando um estilo de entrega de conhecimento que recompensa velocidade em detrimento de reflexão crítica (Jose et al., 2025, p. 3).

A IAG intersecta essas questões de modo ambíguo. Por um lado, pode ajudar a democratizar o acesso à produção científica, permitindo que pesquisadores com menos recursos institucionais acessem, organizem e articulem a literatura científica global. Por outro lado, como adverte a Nota vaticana *Antiqua et Nova* (2025), “a concentração do poder sobre as principais aplicações de IA nas mãos de algumas empresas poderosas levanta preocupações éticas significativas “ (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2025, n. 53). O equilíbrio entre potencial democratizante e risco homogeneizante é uma das tarefas éticas mais urgentes da comunidade acadêmica contemporânea.

Uma consideração ética adicional, de natureza prática e institucional, merece atenção: a questão da verificabilidade. A IAG pode gerar referências bibliográficas inexistentes, dados fictícios apresentados com aparência de rigor, e vieses sutis que um leitor não especializado dificilmente detectaria. O *Committee on Publication Ethics* (COPE), principal organização internacional de ética em publicações científicas, foi explícito em sua declaração de posição:

O uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) como ChatGPT ou Large Language Models (LLMs) em publicações de pesquisa está se expandindo rapidamente. A COPE junta-se a organizações como WAME e JAMA Network, entre outras, para afirmar que ferramentas de IA não podem ser listadas como autoras de um artigo. Ferramentas de IA não podem atender aos requisitos de autoria, pois não podem assumir responsabilidade pelo trabalho submetido (COPE Council, 2024).

¹⁷ *Framework*: termo em inglês que significa "estrutura", "arcabouço" ou "moldura conceitual". No contexto das ciências humanas e sociais, designa o conjunto de pressupostos, categorias e princípios que organizam a compreensão de um problema ou fenômeno.

Essa posição converge com as políticas das principais editoras científicas globais e dos organismos internacionais de integridade editorial, que estabeleceram consenso em torno de três pontos fundamentais: a IA não pode ser listada como autora porque não pode assumir responsabilidade ética ou legal pelo conteúdo produzido, imagens geradas por IA generativa não devem ser incluídas em publicações sem criteriosa avaliação e declaração explícita, e os autores humanos devem declarar transparentemente qualquer uso de IA em seus manuscritos. Tal entendimento é compartilhado tanto pelas grandes editoras comerciais quanto pelos principais organismos normativos da publicação científica mundial: o *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2023), a *European Association of Science Editors* (EASE, 2024) e o *Council of Science Editors* (CSE, 2025), representando, respectivamente, os eixos da ética editorial, da prática europeia e da tradição norte-americana. convergem com o Springer Nature (2025), a Elsevier (2023) e o Nature Portfolio (2025), sinalizando que tais princípios deixaram de ser recomendações isoladas para se consolidar como norma emergente no ecossistema global de comunicação científica.

Essas políticas editoriais, embora necessárias, não esgotam a dimensão ética do problema. Elas estabelecem regras procedimentais: quem pode ser autor, o que deve ser declarado, o que não pode ser incluído, mas não respondem à questão mais fundamental: que tipo de pesquisador, formado em que tipo de prática, pode usar a IAG sem corromper os bens internos da ciência? MacIntyre nos lembra que práticas se corrompem quando os bens externos (publicações, prestígio, financiamento) subordinam os bens internos (compreensão genuína, rigor, honestidade intelectual). Fricker nos alerta que injustiças epistêmicas distorcem a distribuição de credibilidade segundo marcadores sociais contingentes, não segundo virtudes intelectuais substantivas. As normas editoriais regulam o que se pode fazer e a ética das virtudes pergunta quem se deve ser para fazê-lo bem. É essa segunda pergunta, sobre a identidade e a vocação do pesquisador, que a antropologia teológica cristã, objeto da próxima seção, permite aprofundar.

A contribuição da antropologia teológica cristã: *imago Dei*, *intellectus* e a vocação ao conhecimento

A tradição teológica cristã oferece recursos conceituais que enriquecem e aprofundam a discussão filosófica sobre a autoria na era da IAG. Esses recursos não se opõem às análises epistemológica e ética precedentes, mas as complementam, oferecendo um campo de compreensão de sentido que situa o ato de conhecer e, portanto, de ser autor, no quadro mais amplo da vocação humana à verdade.

O fundamento da antropologia teológica cristã é a noção de *imago Dei*: o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1, 26-27). Essa afirmação, que atravessa toda a história da teologia cristã, tem consequências antropológicas e éticas profundas. Ser *imago Dei* significa que o ser humano participa, de modo semelhante, mas finito, da inteligência e da liberdade divinas. O ato de conhecer, de buscar, acolher e comunicar a verdade, não é uma operação neutra ou puramente instrumental, mas uma expressão da dignidade ontológica do ser humano como criatura dotada de razão e liberdade.

Tomás de Aquino, na Suma Teológica (I, q.79), distingue duas dimensões fundamentais da inteligência humana: o *intellectus* e a *ratio*. O *intellectus* é a capacidade de apreensão imediata e intuitiva dos primeiros princípios, aquele ato simples pelo qual a mente capta, sem mediação discursiva, que algo é verdadeiro. A *ratio*, por sua vez, é a capacidade de raciocínio discursivo, o movimento da mente que, partindo de premissas, chega a conclusões mediante inferência. Ambas são dimensões da mesma faculdade intelectual, mas o *intellectus* é, para Tomás, a dimensão mais elevada, porque participa mais diretamente da inteligência divina, que conhece sem discurso.

Essa distinção é relevante para o debate sobre a IAG por uma razão precisa: a IAG pode simular, com eficiência crescente, as operações da *ratio*: cadeias inferenciais, análises comparativas, deduções lógicas, sínteses de grandes volumes de informação. Mas ela não possui e não pode possuir o *intellectus*: aquela apreensão intuitiva, pré-discursiva, pela qual um sujeito vê que algo é verdadeiro, reconhece uma evidência, percebe uma incoerência ou intui uma conexão significativa. O *intellectus* é irreduzível ao processamento de dados porque não é processamento, é ato, um ato que pressupõe um sujeito cognoscente e consciente, livre e situado no mundo.

Essa afirmação encontra eco em pronunciamentos recentes do Magistério católico. A Nota *Antiqua et Nova*, publicada em 28 de janeiro de 2025 pelo Dicastério para a Doutrina da Fé e pelo Dicastério para a Cultura e a Educação, dedica atenção cuidadosa à relação entre inteligência artificial e inteligência humana. Como explicita Dom Paul Tighe, secretário do Dicastério para a Cultura e a Educação e corresponsável pelo documento, “há uma compreensão mais ampla da inteligência que tem a ver com nossa capacidade humana de encontrar um propósito e um significado em nossas vidas, e essa é uma forma de inteligência que as máquinas simplesmente não são capazes de substituir” (Vatican News, Tighe: “Antiqua et nova”, 2025, p. 1).

O documento reconhece que “a IA pode ser treinada para gerar novos “artefatos” com um nível de velocidade e habilidade que frequentemente igualam ou superam as capacidades

humanas”, mas adverte que isso “levanta preocupações críticas sobre o papel potencial da IA na crescente crise da verdade no fórum público” (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2025, n. 3). A *Antiqua et Nova* (2025) insiste em que a IA deve ser utilizada “apenas como uma ferramenta para complementar a inteligência humana” (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2025, n. 112), nunca como substituta. Essa complementaridade implica que o ser humano deve manter sempre a primazia do juízo, da decisão e da responsabilidade.

Essa perspectiva converge e aprofunda a análise epistemológica gadameriana e a análise ética macintyriana. A hermenêutica nos diz que o conhecimento exige travessia; a ética das virtudes nos diz que a ciência exige prática reiterada e responsabilidade; a antropologia teológica cristã acrescenta que o ato de conhecer é, em última instância, uma resposta à vocação ontológica do ser humano como *imago Dei*, uma vocação à verdade que não pode ser delegada a nenhum artefato, por mais sofisticado que seja.

É preciso, todavia, evitar uma leitura simplista ou tecnofóbica dessa posição teológica. A tradição cristã não é hostil à técnica. O próprio Tomás de Aquino reconhece que o uso de instrumentos é uma expressão legítima da inteligência humana. A questão não é se a IA pode ser usada, mas se ela é usada de modo que preserve ou que comprometa a dignidade do ato de conhecer. A encíclica *Fides et Ratio* (1998), de João Paulo II, oferece um critério iluminador: “A fé e a razão (*fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade.” (João Paulo II, 1998, proêmio). A IA pode ser compreendida, nessa perspectiva, como uma extensão das capacidades da razão. Uma extensão que só é legítima quando permanece subordinada ao sujeito racional e livre que a dirige em vista da Verdade.

O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, afirma que “Porque a inteligência não se limita ao domínio dos fenômenos; embora, em consequência do pecado, esteja parcialmente obscurecida e debilitada, ela é capaz de atingir com certeza a realidade inteligível.” (*Gaudium et Spes*, 1965, n. 15). Essa afirmação tem duas consequências para o nosso problema. Primeira: a inteligência humana, apesar de suas limitações, é capaz de verdade, e essa capacidade é o fundamento último da autoria científica, que é, em essência, um ato de testemunho da verdade alcançada. Segunda: a inteligência humana é limitada e vulnerável, é precisamente essa vulnerabilidade que torna necessário o uso de instrumentos, inclusive a IAG, desde que eles estejam a serviço da busca humana pela Verdade e não a substituam.

A teologia cristã, portanto, não proíbe o uso da IAG na produção científica, mas o submete a um critério antropológico: o ser humano deve permanecer sempre o sujeito e não o

objeto do processo de conhecimento. A autoria científica, nessa perspectiva, é um ato pessoal que participa da busca pela Verdade (Jo 14,6)¹⁸ e que exige do autor não apenas competência técnica, mas integridade moral, humildade epistêmica e compromisso com o bem comum.

Tipologia da autoria na era da IA Generativa e condições de legitimidade

A análise precedente, que articulou considerações epistemológicas, éticas e teológico-antropológicas, permite agora propor uma tipologia da autoria científica na era da IAG. Essa tipologia pretende ser descritiva e normativa, e leva em conta a crítica à idealização do autor clássico formulada anteriormente: ela não opõe um “autor puro do passado” a um “autor corrompido do presente”, mas identifica figuras típicas que podem se apresentar em qualquer época, com configurações tecnológicas diversas.

Distinguem-se então três figuras fundamentais:

A primeira é o autor-pesquisador clássico: aquele que lê pessoalmente as fontes primárias, reflete demoradamente sobre os problemas, redige seu próprio texto e responde integralmente pelo conteúdo. Esse modelo corresponde ao ideal moderno de autoria como exercício de autonomia intelectual. Permanece como horizonte normativo, mas, como argumentado na segunda seção, nunca existiu em forma pura. Todo autor, mesmo o mais tradicional, dependeu sempre de mediações (colegas, orientadores, revisores, revisões de literatura produzidas por outros, traduções, enciclopédias, bases de dados) e a IAG é mais uma delas. O que distingue o uso legítimo do ilegítimo da IAG na produção acadêmica, é o grau de competência do pesquisador e o controle crítico que ele exerce sobre o que a ferramenta produz.

Essa primeira condição responde diretamente ao que Jose et al. (2025) identificam como o principal risco epistêmico da IA generativa: a erosão da agência epistêmica do estudante. Quando aprendizes automaticamente tratam *outputs* algorítmicos como dotados de autoridade epistêmica sem possuir competência prévia para avaliá-los criticamente, ocorre o que os autores chamam de “colapso da justificação”, a dissociação entre asserção de conhecimento e capacidade de justificá-lo (Jose et al., 2025, p. 2). A competência de domínio é, portanto, a condição que permite ao pesquisador exercer o que Jose et al. denominam “vigilância epistêmica”: a capacidade de comparar respostas da IA com fontes humanas, identificar lacunas e pressupostos, e reconhecer diferenças retóricas (Jose et al., 2025, p. 3).

¹⁸ Jo 14,6: "Diz-lhe Jesus: 'Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim.'"

A segunda figura da tipologia proposta é o autor-curador-arquiteto: aquele que idealiza a pesquisa, fórmula as perguntas, estrutura o argumento, utiliza a IAG como ferramenta auxiliar em etapas específicas (triagem de literatura, organização de dados, revisão linguística, geração de esboços), que valida criticamente os resultados e assume integralmente a responsabilidade pelo resultado. Esse modelo corresponde a uma autoria dialógica e orquestral, pois o autor é o maestro que integra vozes (humanas e algorítmicas) sob sua responsabilidade epistêmica, ética e estética.

Essa figura não contradiz Barthes, ao contrário, a assume plenamente. O autor-curador-arquiteto reconhece que ele não é o “criador *ex nihilo*” do texto. Ele trabalha com citações, referências, ideias já existentes, acrescentando suas análises, hipóteses, pesquisas e argumentações, assumindo a responsabilidade por como articula essas vozes, como as organiza, como as avalia criticamente. A diferença ética crucial não está em negar a citacionalidade de todo texto, mas em assumir responsabilidade crítica por como essas vozes são articuladas, organizadas e avaliadas.

Sustenta-se que o autor-curador-arquiteto pode ser legitimamente chamado de autor-pesquisador, desde que cumpra cinco condições de legitimidade que devem operar conjuntamente: competência de domínio, responsabilidade integral, transparência metodológica, contribuição criativa genuína e verificação das fontes.

Para atender à primeira condição, competência de domínio, o pesquisador deve possuir conhecimento suficiente do campo para avaliar criticamente o que a IAG produz. Isso implica formação prévia, familiaridade com os debates do campo, capacidade de identificar erros, vieses e lacunas. Sem essa competência, o pesquisador não é autor, mas porta-voz de um algoritmo, uma forma sofisticada de ventriloquismo epistêmico. A competência de domínio é o que garante que a fusão de horizontes gadameriana efetivamente ocorra. Note-se que essa condição vale igualmente para o autor analógico que cita obras que não compreendeu em profundidade: a ausência de competência de domínio compromete a autoria em qualquer configuração tecnológica.

Para a segunda condição, responsabilidade integral, o autor deve assumir pessoalmente a responsabilidade por todo o conteúdo do trabalho, incluindo os trechos gerados ou assistidos pela IAG. Essa condição é especialmente enfatizada pelo COPE, que estabelece que os autores são, em última instância, responsáveis pela precisão e qualidade do trabalho submetido (COPE Council, 2024). A responsabilidade pressupõe capacidade de prestação de contas, algo que entidades não-humanas não possuem. Daí a posição unânime das principais editoras globais: a IA não pode ser autora de nada.

Para atender à terceira condição, que é a transparência metodológica, o pesquisador deve declarar explicitamente o uso da IAG: qual ferramenta usou, em que etapas e com quais finalidades. Essa transparência não é apenas uma exigência formal, mas uma expressão de honestidade intelectual. Essa é a virtude que, na tradição aristotélica, consiste em dizer a verdade sobre si mesmo e sobre seus atos. A opacidade sobre o uso de IAG é uma forma de engano, mesmo quando involuntária.

A quarta condição, a contribuição criativa genuína, é atendida quando a pergunta de pesquisa, a estrutura argumentativa, a síntese final e o juízo crítico são do pesquisador. A IAG pode auxiliar na execução, mas a concepção, o ato propriamente criativo e intelectual, deve ser humana. Isso corresponde, na linguagem tomista, à primazia do *intellectus* sobre a *ratio*: a intuição do problema, a visão de conjunto, a percepção da relevância de uma questão. Todas são atos que precedem e orientam o raciocínio discursivo que a IA pode auxiliar.

A quinta condição, a verificação das fontes, exige que o pesquisador confirme pessoalmente a existência e a pertinência das referências bibliográficas, dos dados e das citações apresentados no trabalho. Diante do conhecido e bem documentado problema da “alucinação” de modelos de linguagem (LLMs), como a geração de referências fictícias com aparência de autenticidade, essa verificação não é um luxo metodológico, mas uma exigência mínima de integridade científica.

O cumprimento conjunto dessas cinco condições define o limiar da autoria legítima assistida por IA. Quando uma ou mais delas não são atendidas, a figura do autor-curador-arquiteto desliza para uma terceira configuração:

A terceira figura da tipologia é o pseudo-autor: aquele que delega integralmente o trabalho à IAG (ou a qualquer outra instância humana ou não), adiciona seu nome e submete para publicação sem ter exercido juízo crítico, sem possuir competência de domínio e sem verificar as fontes. Crucialmente, esta figura não é exclusiva da era digital: ela inclui também o acadêmico que, sem IAG, copia trechos incompreendidos de obras alheias, que cita autores que nunca leu, que terceiriza a *ghost-writers* humanos a redação de seus artigos. O que define o pseudo-autor não é a ferramenta utilizada, mas a dissociação entre assinatura autoral e responsabilidade epistêmica.

Uma observação importante, essas três figuras não devem ser entendidas como identidades fixas, mas como tipos ideais no sentido weberiano: construções conceituais que iluminam práticas concretas sem se identificarem com nenhuma delas. Um mesmo pesquisador pode, em diferentes momentos de sua carreira ou em diferentes produções, aproximar-se mais de uma ou outra figura. A questão ética não é “em qual tipo me enquadro?”,

mas “em qual tipo quero me tornar?” e essa pergunta, como toda pergunta ética substantiva, exige discernimento contínuo, não um juízo único e definitivo.

Considerações finais: por uma autoria dialógica, responsável e comprometida com a verdade

A IAG constitui uma ferramenta legítima quando subordinada a um sujeito hermenêuticamente competente, eticamente responsável e comprometido com a verdade. Ela amplifica o autor competente e não cria autor onde não há. A condição inegociável identificada é a competência prévia de domínio, pautada pelo estudo e busca de conhecimento verdadeiro.

A perspectiva teológica cristã oferece um horizonte de sentido que completa e aprofunda a análise filosófica. A noção de *imago Dei* fundamenta a dignidade irredutível do ato humano de conhecer e a distinção tomista entre *intellectus* e *ratio* ilumina o que a IA pode e não pode fazer. Bem como os documentos católicos do Magistério, especialmente a *Antiqua et Nova* (2025), oferecem critérios práticos para o discernimento ético. Nessa perspectiva, a ciência não se reduz a uma atividade técnica, mas constitui vocação que convida o sujeito a participar, de modo finito e histórico, da Verdade que o transcende.

Por fim, o próprio artigo que aqui se conclui, constitui, em certo sentido, um caso de estudo sobre o problema que investiga. Ele foi produzido com auxílio de ferramentas de IAG (Claude Sonnet 4.5, Anthropic) nas seguintes etapas: (1) organização inicial de referências bibliográficas; (2) revisão linguística e adequação à norma ABNT; (3) verificação de coerência argumentativa entre seções. Todas as teses, argumentos, análises críticas e sínteses conceituais são de autoria exclusiva do pesquisador, que leu integralmente as fontes citadas, formulou pessoalmente as perguntas de pesquisa e assume integral responsabilidade pelo conteúdo, fato que o autor declara em cumprimento da condição de transparência metodológica que o próprio artigo defende. A questão que resta é se o autor exerceu, neste caso, o papel de autor-curador-arquiteto legítimo: se formulou as perguntas certas, se estruturou o argumento com coerência, se avaliou criticamente os resultados, se verificou as fontes e se assumiu integralmente a responsabilidade pelo que aqui se afirma. Ao leitor cabe julgar: o uso da IAG aqui descrito amplificou a autoria ou a dissolveu?

Essa questão é, em última análise, uma questão de consciência e a consciência, como nos lembra o Concílio Vaticano II, “é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser.” (*Gaudium et Spes*, 1965, n. 16). Nenhuma norma editorial, nenhum protocolo institucional, nenhuma

ferramenta tecnológica podem substituir esse exame de consciência. A autoria científica, no século XXI como em qualquer época, exige do pesquisador não apenas competência técnica, mas integridade moral: a disposição de responder, diante de si mesmo e diante da comunidade científica, pelo conhecimento que afirma produzir.

A pergunta formulada na introdução “é legítimo atribuir autoria a quem idealiza, estrutura e valida uma produção científica assistida por IA, sem ter percorrido individualmente todas as etapas tradicionais da pesquisa?”, encontra aqui sua resposta: sim, desde que a primazia do juízo crítico, da responsabilidade pessoal e do compromisso com a verdade sejam preservados. Não se trata de escolha entre tradição e inovação, mas entre autoria genuína e sua dissolução.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4. ed. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

CODE, Lorraine. *Epistemic Responsibility*. Hanover: University Press of New England, 1987.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). **Authorship and AI tools**. [S. l.]: COPE, 2023. Disponível em: <https://publicationethics.org/guidance/cope-position/authorship-and-ai-tools>. Acesso em: 02 jun. 2026.

CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 19 abr. 2026.

COUNCIL OF SCIENCE EDITORS. **Authorship and authorship responsibilities**. Wheat Ridge, CO: Council of Science Editors, [s.d.]. Disponível em: <https://www.councilscienceeditors.org/2-2-authorship-and-authorship-responsibilities>. Acesso em: 2 jun. 2026.

COUNCIL OF SCIENCE EDITORS (CSE). **Recommendations for Promoting Integrity in Scientific Journal Publications**. Section 2.1.15: Use of Generative Artificial Intelligence (Gen AI) in the Work. Chicago: CSE, 2025. Disponível em: <https://cse.memberclicks.net/2-1-editor-roles-and-responsibilities>. Acesso em: 02 jun. 2026.

DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ; DICASTÉRIO PARA A CULTURA E A EDUCAÇÃO. *Antiqua et Nova*: Nota sobre a relação entre a Inteligência Artificial e a Inteligência Humana. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_dcf_doc_20250128_antiqua-et-nova_en.html#. Acesso em: 19 abr. 2026.

EUROPEAN ASSOCIATION OF SCIENCE EDITORS (EASE). **Recommendations on the use of AI in scholarly communication**. [S. l.]: EASE, 2024. Disponível em:

<https://ease.org.uk/2024/09/recommendations-on-the-use-of-ai-in-scholarly-communication/>. Acesso em: 02 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos III: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. Tradução Breno R. G. Santos – 1. ed. São Paulo – Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

JOÃO PAULO II. **Fides et Ratio**: Carta Encíclica sobre as relações entre fé e razão. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1998. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html. Acesso em: 19 abr. 2026.

JOSE, B. et al. **Epistemic authority and generative AI in learning spaces**: rethinking knowledge in the algorithmic age. *Frontiers in Education*, v. 10, 2025. DOI: 10.3389/educ.2025.1647687.

LEWIS, J. E.; WHAANGA, H.; YOLGÖRMEZ, C. **Abundant intelligences**: placing AI within Indigenous knowledge frameworks. *AI & Society*, v. 40, p. 2141-2157, 2024. DOI: 10.1007/s00146-024-02099-4.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da Virtude**: um estudo sobre teoria moral. Tradução de Pedro Arruda e Pablo Costa – Campinas, SP, Vide Editorial, 2021.

NATURE PORTFOLIO. **Editorial Policies on Artificial Intelligence (AI)**. 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/nature-portfolio/editorial-policies/ai>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SPRINGER NATURE. **Editorial Policies**: Artificial Intelligence. 2025. Disponível em: <https://www.springernature.com/gp/policies/editorial-policies>. Acesso em: 19 abr. 2026.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tradução de Alexandre Correia et al. São Paulo. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

VATICAN NEWS. Tighe: “*Antiqua et nova*” oferece um guia sobre os desenvolvimentos éticos da IA. 28 jan. 2025. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2025-01/tighe-antiqua-et-nova-etica-inteligencia-artificial-2025-vatican.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.